

## **III<sup>o</sup> Congresso de História Econômica e IV<sup>a</sup> Conferência Internacional de História de Empresas**

### **Globalização e a Questão Social no Brasil**

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo<sup>\*</sup>

Agradeço o honroso convite para pronunciar a palestra inaugural do 3<sup>o</sup> Congresso de História Econômica e da 4<sup>a</sup> Conferência Internacional de História de Empresas e é com grande prazer que assumo esse compromisso num momento que marca o sucesso e a continuidade da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) expressada na realização destes encontros, na publicação e divulgação das comunicações, da revista da ABPHE e do Boletim que ajuda a manter os contatos entre os associados.

É também uma grande responsabilidade aceitar esse convite e custei a decidir qual seria o tema da conferência. Pareceu-me que deveria ser amplo e abrangente e, nesse caso, quase que se impôs a globalização que afeta praticamente todos os aspectos da vida dos povos. O risco da escolha é grande devido à complexidade do assunto, por um lado, e ao perigo da repetição, por outro, dada a vasta soma de bibliografia já publicada sobre o tema. Quanto ao primeiro problema procurei restringir a amplitude do assunto relacionando-o ao Brasil e em particular à questão social, da ótica das soluções que têm sido propostas por cientistas sociais, com a pretensão apenas de abrir e motivar o debate e ouvir as opiniões dos especialistas aqui congregados. Trata-se, portanto, quase de uma agenda de pesquisa e uma busca do conhecimento do já realizado e do intercâmbio de idéias. Egoisticamente quero sobretudo tirar partido desta oportunidade única de aprender graças a uma visão multidisciplinar ampla assegurada pela iniciativa da Associação de reunir especialistas em vários domínios do conhecimento.

Na medida em que vou envelhecendo, ou aliás já envelheci, fico mais cautelosa e com menos confiança na possível solução dos problemas sociais que tem se agravado nos países em desenvolvimento, no decorrer da minha vida, mas ainda mantenho uma reserva de otimismo, de anticonformismo e de convicção, baseada na história, na capacidade de mudança da sociedade. Para mim história não se resume ao registro e preservação da memória, mas também estende-se a análise, interpretação inclusive da perspectiva de mudança dentro dos limites inerentes a esse domínio do conhecimento. Portanto, o objetivo é pensar como pode haver mudança e em que sentido, do ponto de vista econômico, social, político e cultural. É claro que há conquistas sociais ameaçadas, a preservar, mas que só por meio da mudança poderão

---

<sup>\*</sup> Professora Emérita UFF e UFRJ.

persistir, enriquecendo-se constantemente num processo dinâmico. No momento coexistem forças favoráveis e contrárias à globalização, em confronto. Não vou me estender sobre o conceito de globalização, apenas definir o sentido em que vou usar o termo.

Robert Boyer<sup>1</sup> descreve uma economia globalizada como sendo aquela na qual as economias nacionais seriam decompostas e rearticuladas no seio de um sistema de transações e de processos operando diretamente no nível internacional, representando uma ruptura em relação ao conjunto dos regimes internacionais que se sucederam desde a emergência do capitalismo comercial.

Por um lado, os Estados-Nação perderiam toda a capacidade de influenciar as evoluções econômicas nacionais a tal ponto que as instituições centralizadas, herdadas do pós-guerra, deverão ceder o lugar às entidades regionais ou urbanas, que servirão de apoio necessário da rede tecida pelas multinacionais.

Por outro lado, os diversos territórios submetidos ao novo modelo ficariam fortemente interdependentes e em vias de homogeneização.

Para George Soros<sup>2</sup> o cerne da globalização é o mercado livre, baseado na falsa premissa que ele tende ao equilíbrio e, portanto, poderia regular a economia. A base ideológica do sistema está radicada, assim, na teoria da concorrência perfeita, segundo a qual os mercados tendem ao equilíbrio, ponto da mais eficiente alocação de recursos. O objetivo primordial do capitalismo global, afirma ele, é a busca do dinheiro, a maximização dos lucros e o dinheiro é considerado não só um meio mas também um fim, uma fonte de poder e um valor intrínseco. Os valores do mercado refletem os interesses do indivíduo, enquanto os sociais expressam os coletivos. O valor capital deveria ser substituído pelo ético, o Produto Nacional Bruto (PNB) não pode ser a medida da felicidade. Acrescenta ainda que a proclamada relação entre sociedade global e democracia é tênue. Julga que há uma incompatibilidade intrínseca entre economia global e sociedade global que se verifica no fato que *“the development of a global economy has not been matched by the development of a global society”*.

Robert Boyer<sup>3</sup> confirma essa interpretação ao apontar que o capital circula rápida e livremente, havendo porém limitações quanto a movimentação da

---

<sup>1</sup> BOYER, Robert. Les mots et les matières, Mondialisation au-delà des mythes - Paris: La Découverte, 1997. p. 11 e 47.

<sup>2</sup> SOROS, George. The Crisis of global capitalism: open society endangered, New York: Public Affairs, 1990. p. 126, p. 195.

<sup>3</sup> BOYER, Robert. opus cit, nota 1, p. 27.

mão-de-obra. Para Armand Mattelart<sup>4</sup> : *“Le problème central que posent aujourd’hui les interactions globales est la tension entre l’homogénéisation culturelle et l’hétérogénéisation culturelle.”*

Octavio Ianni<sup>5</sup> afirma que o mundo do trabalho já se tornou realmente global e a economia de mercado implica em novas formas de organização do processo de trabalho, das relações trabalhistas, das condições jurídico-políticas, de organização do movimento operário. Reconhece a existência de segmentos, instituições e estruturas do capitalismo nacional, monopolístico ou do estado mas já teriam perdido o caráter hegemônico. Argumenta que a persistência de tais segmentos não invalida a implantação da economia global porque *“o desenvolvimento capitalista tem sido sempre desigual e contraditório, inclusive provocando articulações e tensões de espaços, contemporaneidades e não contemporaneidades. Porém cabe reconhecer que já é realidade o capitalismo global, implicando novas formas sociais e novos significados do trabalho.”*

No processo de implantação da economia globalizada a crise de 1980 representa uma ruptura na evolução do capitalismo. Essa crise difere das crises cíclicas tradicionais, assumindo uma série de características próprias, tais como amplitude espacial, longa duração, rapidez das comunicações, da movimentação do capital, em especial do especulativo, trazendo imprevisibilidade e instabilidade (os mercados financeiros não tendem a estabilidade), concentração de capitais e pauperização, em proporções sem precedentes, endividamento das nações “em desenvolvimento” e do chamado terceiro mundo, desemprego em larga escala, dominação incontrolada de uma potência. Do ponto de vista político e social, a crise foi acompanhada pelo declínio do Estado, dos sindicatos das organizações operárias das corporações e da obsolescência dos organismos internacionais, oriundas do pós-guerra, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Acordo Geral de Comércio e Tarifas, Comissão para a América Latina e até das Nações Unidas, paralelamente ao ameaçador e crescente poderio da Organização do Atlântico Norte, expansão das organizações regionais internacionais, das organizações da sociedade civil não governamentais e das grandes corporações. O sistema monetário foi dominado pelos países do centro que protegem os credores, sob a justificativa de salvar o sistema e os paraísos fiscais.

George Soros<sup>6</sup> e Michel Chossudovsky<sup>7</sup> concordam que a atuação do Fundo Monetário Internacional tem agravado a crise com a exigência feita aos países

---

<sup>4</sup> MATTELART, Armand. La Nouvelle ideologie globalitaire, Mondialisation au-delà des mythes. p. 81-92 - p. 90.

<sup>5</sup> IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. FREITAS, Marcos Cezar (org.). A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Cortez; Bragança: USF-IFAN, 1996. p. 15-54. p. 18.

<sup>6</sup> SOROS, George. opus cit, nota 2, p. 146.

em dificuldade de aplicar a receita de: aumento dos juros, redução dos gastos governamentais, equilíbrio orçamentário, em garantia de empréstimo que restabeleceria a estabilidade da moeda e a credibilidade do país. Para o primeiro autor acima mencionado a moeda não poderia ser estabilizada sem que os problemas da dívida fossem resolvidos e as medidas propostas pelo FMI deveriam ser rejeitadas porque reduziam a capacidade de consumo, prejudicando a produção. O segundo autor acrescenta que o FMI não tem recursos suficientes para desempenhar as tarefas de que é incumbido.

George Soros<sup>8</sup> acredita que, nas condições atuais, não há salvação para o sistema global e prevê que os países da periferia sairão do sistema devido a falta de capital que foge para o centro. Essa tendência só poderia ser revertida pelo Grupo dos Sete que não parece disposto a fazê-lo. A Malásia é dada como exemplo dessa tendência ao abandono do sistema. Em seguida pretendo analisar os meios propostos para reverter a tendência globalizante de crescente concentração de capital, pauperização e desemprego estrutural. Este autor<sup>9</sup> julga iminente o desmantelamento da globalização e propõe, para salvá-la, medidas que controlem a fuga do capital da periferia para o centro, tais como melhorar a supervisão dos bancos e tornar públicas as operações do FMI, criar um Fundo destinado a suprir recursos à periferia, dando garantia a empréstimos e direitos especiais de saque. Estas duas últimas propostas, de iniciativa dos Estados Unidos, foram rejeitadas pelo FMI e pelos bancos centrais europeus.

George Soros observa que o FMI controlado pelos países centrais favorece os credores, desvio que poderia ser corrigido introduzindo-se garantias de empréstimos encaminhadas por bancos autorizados. Sugere ainda o estabelecimento de um mecanismo de coordenação entre as duas moedas dominantes - o Euro e o dólar -, a organização de uma gerência de administração do risco do mercado, impondo limites de perda para os negociantes. Esta medida seria difícil de aplicar porque muitos operam nos paraísos fiscais e, em geral, estas sugestões tinham como precondições implícitas o fortalecimento dos Estados Nacionais e uma relativização do neoliberalismo. Soros especula que há três possibilidades teóricas de administração mundial: equilíbrio de poderes que foi rompido com a queda da União Soviética, poder hegemônico imperial que os Estados Unidos não assumem claramente, organização internacional eficaz que o Grupo dos Sete poderia, em tese, exercer.

---

<sup>7</sup> CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução Marylene Pinto Michael - São Paulo: Moderna, 1999. p. 12.

<sup>8</sup> SOROS, George. opus cit, nota 2, p. 146.

<sup>9</sup> SOROS, George. opus cit, nota 2. p. 175.

Uma rede de fundações privadas voluntárias daria apoio à sociedade civil, ao lado do estado, município e agências internacionais. Seria necessário também, como já foi mencionado, dar prioridade aos valores sociais em relação aos valores do mercado. É difícil de acreditar que o Grupo dos Sete alcance um grau elevado de coesão e seja capaz de tal mudança de mentalidade.

Analistas de várias especialidades, empresários, correntes trabalhistas, consideram que a estratégia para superar a depressão, o desemprego e os problemas sociais no quadro de uma economia global deveria se basear, no caso dos países da periferia, numa renovação educativa e tecnológica fundamentada no espírito da inventiva, a fim de aumentar a produtividade e vencer a concorrência no mercado global.

Annibal V. Villela e Wilson Suzigan<sup>10</sup>, analisando a crise da indústria no Brasil, observam que até 1980 houve uma redução da decalagem entre este país e os mais avançados. No entanto, ocorreu uma reversão de tal tendência a partir daquela data, no contexto de uma crescente globalização da economia. Eles apontam os seguintes problemas como responsáveis pela depressão: excessivo protecionismo não seletivo, sem prazo de duração e sem exigências de desempenho; promoção tardia e insuficiente da exportação; quase negligência da capacidade tecnológica de inovar no contexto da habilidade de produzir; ampla concessão de subsídios fiscais e financeiros para a formação de capital industrial e exportação de bens manufaturados; intervenção reguladora forte, especialmente de investimentos; preços e salários, gerando reservas informais do mercado em certos setores ou indústrias, eliminando a concorrência de preços e promovendo a estagnação dos salários reais que não se beneficiaram dos ganhos em produtividade; falta de continuidade de planos e políticas. Assinalam ainda que somente houve dois períodos em que o desenvolvimento industrial foi um objetivo claramente definido do governo.

O resultado dessas falhas foi, segundo esses autores, um processo de industrialização com renda concentrada, desigualdades sociais agravadas e atividades rentáveis disseminadas, favorecidas pela combinação de proteção e subsídio.

Quanto à questão tecnológica, os autores salientam que era necessário incorporar novas tecnologias, particularmente informática e telecomunicações, e desenvolver a habilidade de inovar, um elemento crucial na concorrência, sobretudo em nível mundial.

---

<sup>10</sup> SUZIGAN, Wilson e VILLELA, Annibal V. Industrial policy in Brazil. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, IE, 1997. p.43.

Eduardo Navarro Stotz<sup>11</sup> analisa o discurso dos empresários brasileiros de uma amostra dos que adotaram o novo modelo organizacional e que se caracterizavam, na sua maioria, pela importância de suas exportações e liderança no mercado interno. A quase totalidade dos dirigentes consultados implementa programas de qualidade e produtividade, induzidos pela recessão econômica e abertura da economia brasileira que criticam por não levar em conta a salvaguarda do parque industrial nacional. O autor salienta a peculiaridade, no caso brasileiro, do papel desempenhado pelos bancos que adquiriram elevadas participações acionárias em empresas industriais, comerciais e de serviços e contribuíram para a reengenharia racional, incluindo a de custos, mediante demissões massivas e manutenção de salários baixos, entre outras medidas. A reestruturação implica ainda na desativação de ativos ou sua venda no caso de baixa produtividade e terceirização de setores e atividades.

A fim de tornar a empresa ágil, face à instabilidade dos mercados e do câmbio, a hierarquia da estrutura Taylorista foi reformada, suprimindo-se vários níveis administrativos.

Essa reengenharia organizacional foi vista, e ainda é, como parte de um processo de descentralização das decisões e de revalorização do trabalho que proporcionaria uma participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões e incentivaria a inovação tecnológica, identificada como o calcanhar de Aquiles do modelo econômico e uma das principais responsáveis pela estagnação.

Não acredito que por essa via sejam alcançados os resultados acima mencionados porque, por um lado, trabalhadores sem estabilidade mínima, ameaçados de demissão sumária a qualquer crise, sob um controle total da empresa devem ter sua criatividade inibida ou, ao menos, limitada e, por outro lado, o novo modelo organizacional tem como objetivos aumentar a produtividade, a competitividade e obter a solidariedade de um contingente de trabalhadores cada vez menor. Outro ponto capital é que só um número pequeno de empresas teve condições de adotar o modelo no Brasil.

O desmantelamento da legislação trabalhista é justificado por suas características fascistas, corporativistas e pela necessidade de reduzir o chamado custo Brasil que, em parte, seria atribuível aos encargos trabalhistas, não visa alcançar uma redemocratização mas uma maior competitividade num mercado globalizado, "livre". Este, no entanto, é dominado por um número cada vez mais reduzido de empresas globais e a moeda e o câmbio pela especulação financeira.

---

<sup>11</sup> STOTZ, Eduardo Navarro. A reestruturação industrial na visão dos empresários brasileiros. Serviço Social e Sociedade. Mundo do Trabalho, 52, dez. 1996. São Paulo. p. 86-105.

O empresariado<sup>12</sup> e o Estado não cogitam de reduzir o custo Brasil, limitando impostos ou a taxa de lucratividade, e só pensam em termos limitados no estímulo à educação básica e ao treinamento da mão-de-obra.

Não se pretende aqui fazer uma apologia da Consolidação das Leis Trabalhistas, porém o objetivo primordial da reforma deveria visar aqueles dispositivos que atrelam os sindicatos ao Estado e que tolhem a liberdade sindical. Quanto à Justiça Trabalhista, considerada uma excrescência por vários juristas e empresários, não há dúvida que funciona precariamente, mas em parte é fruto da necessidade de escapar da extrema lentidão do processo judicial regular. Apenas fechar a Justiça Trabalhista nada resolverá, sobretudo quando se adia indefinidamente a reforma do sistema como um todo. Aliás, a reforma proposta permite a permanência da Justiça militar verdadeira sobrevivência de uma sociedade estamental.

A perda dos direitos trabalhistas é vista por boa parte dos empresários como conseqüência fatal da globalização e crescente concorrência que exigiria a baixa de custos. No entanto, esta passa a ser pensada apenas em termos de mão-de-obra, pois a automação e a terceirização ainda são limitadas e as fusões de empresas visam majoritariamente o monopólio.<sup>13</sup>

Quanto à educação da mão-de-obra, o aprendizado das técnicas realizava-se nas oficinas e nas fábricas pelo mestre, usando métodos coercitivos que foram objeto de constante protesto de artífices e operários. As escolas criadas pelas organizações operárias foram combatidas pelos empresários e o governo, sobretudo as anarquistas, consideradas subversivas. Os imigrantes, principalmente portugueses, organizaram casas regionais que ministravam ensino básico gratuito, além de fundar estabelecimentos de ensino técnico e superior, dentre os quais destacavam-se os Liceus de Artes e Ofícios. Em 1924 foi criada uma Escola Profissional, junto ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Muitos imigrantes eram adultos e já tinham experiência como operários na terra de origem. Até o governo Vargas, o Estado não se dedicou a promover a formação da mão-de-obra. Um ponto fundamental do novo modelo de economia auto-suficiente era o da formação de engenheiros agrônomos e médicos veterinários necessários para implementar a política de diversificação e expansão da agropecuária e desenvolver o ensino universitário e os centros de pesquisa. O treinamento técnico dos trabalhadores é pela primeira vez sistematizado em larga escala. Em 1930 foram criados o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, com o apoio do Instituto de Organização

---

<sup>12</sup> LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. STOTZ, Eduardo Navarro. O fim do modelo Varguista? A política trabalhista do governo Fernando Henrique Cardoso. Latin American Labor News Issue 17, 1997-1998. Florida International University. p. 1, 2 e 4.

<sup>13</sup> BETHLEM, Agrícola. O crescimento das empresas brasileiras - algumas considerações sobre causas e efeitos. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. v. 35, n. 1, jan./fev. 1995. p. 6-13.

Racional do Trabalho, e o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana. As oficinas de reprodução de material ferroviário de São Paulo e do Rio de Janeiro tinham longa tradição de treinamento de mão-de-obra. Os estaleiros navais deste último porto preparavam inúmeros tipos de especialistas. O Ministério da Educação, fundado em 1931, tinha uma Divisão de Ensino Industrial incumbida de controlar o funcionamento das escolas de aprendizagem industrial pertencentes às empresas.

A Constituição de 1937, no artigo 134, declarava obrigação do Estado a formação profissional das classes menos favorecidas. Este preferia delegar poderes às empresas, financiando escolas técnicas apenas onde faltassem as mantidas pela iniciativa privada. Somente em 1942, com o estabelecimento do SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, expandiu-se o ensino custeado pelas empresas, administrado pela Confederação Nacional das Indústrias e supervisionado pelo Estado. Nesse mesmo ano, o Centro Ferroviário de Ensino Profissional foi incorporado ao SENAI. Havia uma série de problemas para os menores freqüentarem as escolas, incompatibilidade de horários com o trabalho, dificuldade e preço dos transportes, escassez de vagas. Em 1939 as empresas industriais e de serviços foram obrigadas por lei a financiar o ensino técnico e em 1940 a pagar salário em vez de diária ao aprendiz. Ficou estipulado em 1942 que o SENAI ficaria subordinado à Confederação Nacional das Indústrias, teria uma estrutura federativa, obedeceria a um regimento, aprovado pelo Ministério da Educação, e seria mantido pela contribuição compulsória das empresas. O mesmo tipo de organização presidia o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio. A escolarização dos trabalhadores deveria ser desenvolvida fora do âmbito da fábrica, ou do estabelecimento de serviços.

O SENAI e o SENAC tiveram grande expansão até a década de 1950 quando superaram uma crise adaptando-se às novas exigências da indústria e do comércio. Nas décadas de 80 e 90 o SENAI e o SENAC<sup>14</sup> adotaram como objetivo do treinamento e educação o projeto de “Qualidade Total” que deveria superar o modelo vigente do Fordismo. A nova tendência visa proporcionar uma formação de mão-de-obra polivalente, capaz de se adaptar a mudanças rápidas de técnicas e de produção, o que requer maior educação básica, primário e secundário completos, menor especialização e treinamento particularizado.

Uma bandeira do projeto de “Qualidade Total” é ensinar a saber pensar em vez de saber fazer. O trabalhador também deve ser capacitado para gerenciar, pois, no novo modelo, prevê-se uma aproximação entre gerência e oficina. No modelo anterior Fordista, havia um potencial de conflito entre mestre e operário, gerência e oficina, inerente à estrutura hierarquizada verticalmente.

---

<sup>14</sup> SENAI. Desafios e oportunidades, subsídios para a discussão de uma nova política de formação profissional para a indústria no Brasil. Rio de Janeiro, SENAI, DN/ASPLAN, 1994.



Na década de 90 o SENAI e o SENAC passaram a desempenhar tarefas novas, tais como integrar o ensino de 1º e 2º graus com o ensino técnico, promover ensino de massa, difundir tecnologia, prestar assistência técnica a empresas de maior e menor portes, procurar soluções para o desemprego. A depressão, as mudanças na produção criam constante desqualificação que exige requalificação mas nunca equilibram-se. A desqualificação atinge predominantemente os trabalhadores não especializados.

Entre as novas tarefas figuram, ainda, a formação de tecnólogos, de empresários, a formulação de técnicas de gestão.

Tanto o SENAC como o SENAI estão usando o método de ensino à distância pela TV, não só da tecnologia, mas também da arte, literatura, esporte, saúde, meio ambiente, ciência e da formação do espírito de cidadania, além da divulgação dos conhecimentos.

Um ponto capital é a promoção do espírito de inventiva como um fator de competitividade no novo mercado aberto, global, no qual a antiga prática de copiar modelos estrangeiros, sem pagar patente, já não surte efeito.

As novas tendências são válidas e poderão resultar em melhores condições de concorrência e de lucro, como uma alternativa das soluções sempre propostas de reduzir o custo Brasil que, em última análise, significa retirar direitos dos trabalhadores e reduzir salários. A experiência do novo modelo não parece confirmar o seu suposto efeito democratizante porque o poder de decisão continua concentrado no topo da empresa.

Outro problema quanto ao propósito de universalização do ensino reside na escassez de recursos do SENAC e do SENAI, face à depressão que desestimula os investimentos das empresas em ensino, cuja rentabilidade é indireta e a meio ou longo prazos.

Fundamentalmente, a questão consiste em não ser lógica a expectativa que somente a industrialização ou a renovação tecnológica possam trazer mais equidade entre os países ou melhor distribuição de renda no interior destes.

Tendo apontado algumas das reações ao processo de globalização e suas conseqüências no Brasil, quero concluir estas observações analisando a potencialidade dos trabalhadores de modificar as tendências relativas à crescente distribuição desigual da renda nos países e no mundo, decorrentes, em parte, da mundialização e do neoliberalismo.

Em princípio as condições econômicas e políticas são desfavoráveis às reivindicações dos trabalhadores e à sua participação na tomada de decisões. A depressão prolongada, as quedas de produção, os deficits do balanço comercial, a alta taxa de juros, a expansão da dívida pública, os cortes de funcionários públicos e de empregados de estatais, o desemprego dificultam a possibilidade de atuação dos trabalhadores.

A partir da crise de 1978 que marca a aceleração do processo de mundialização, Eduardo Garuti Noronha, Vera Gebrin e Jorge Elias Jr.<sup>15</sup> distinguem três fases no ciclo de greves: uma que vai de 1978 a 1984, de ascensão, outra de 1985 a 1991, de auge e explosão, e a terceira, a partir de 1992, de declínio. O auge das greves atingiu um número sem precedentes, seguido por um padrão médio estável.

A primeira fase corresponde às possibilidades de luta abertas pelo declínio da ditadura e recuperação da democracia. As montadoras do ABC desempenharam papel crucial no deflagrar das greves em São Paulo. Predominavam entre as reivindicações melhorias de salários e de condições de vida. Esta pesquisa<sup>16</sup> que se baseia exclusivamente no estado de São Paulo confirma a pesquisa que coordenei relativa à cidade do Rio de Janeiro até a década de 70. O discurso da liderança enfatizava reivindicações de transformação ampla da sociedade, mas a mobilização para greve geralmente punha em primeiro plano a questão salarial.

A pesquisa antes mencionada constata o caráter de confronto entre o governo e os sindicatos no período de 1965 a 1984, só havendo uma mudança de atitude no governo de transição de Sarney que tentou realizar pactos políticos, os quais ficaram prejudicados pela exclusão do PT, que estava profundamente dividido, da aliança que efetuou a transição para a democracia.

Eduardo Navarro Stotz<sup>17</sup> sublinha a crescente insegurança do trabalho devido a reestruturação do capital internacional, flexibilização dos direitos sociais, terceirização de atividades que dificultam a atuação dos sindicatos no sentido de articular a vontade coletiva.

---

<sup>15</sup> NORONHA, Eduardo Garuti, GEBRIN, Vera, ELIAS Jr., Jorge. Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro (versão preliminar). Comunicação apresentada ao XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, 24-26 de setembro de 1998, digitado.

<sup>16</sup> LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. (org.) e co-autora e outros. Rio de Janeiro operário, natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. Rio de Janeiro, Access, 1992.

<sup>17</sup> STOTZ, Eduardo Navarro. A hora do peão e do piquete entre os metalúrgicos do Rio de Janeiro (crônica da greve geral de 1979, antecedida por uma nota explicativa). Texto inédito.

Ricardo A. Lagoa<sup>18</sup> lembra que a flexibilização do mercado de trabalho surgiu no início dos anos 80 quando as autoridades encarregadas de formular políticas, os empregadores e parte dos círculos acadêmicos atribuíram a rigidez do mercado de trabalho ao deficiente desempenho da economia. Tal rigidez seria decorrente “... a limitaciones institucionales, políticas sociales, legislación y acuerdos colectivos, negociaciones centralizadas, acción sindical y directrices gubernamentales. Por lo tanto, había que eliminar una serie de normas y regulaciones que rigidizan ese mercado, impidiéndole absorber la oferta de mano de obra y la competencia externa.”

G. Standing<sup>19</sup> julga que a flexibilidade: “Es sólo un eslogan de moda que esconde los intentos de revertir los beneficios logrados por los trabajadores durante la guerra. La flexibilidad oculta el deseo de los empleadores de hacerse más competitivos mediante el expediente de hacer menos seguras las condiciones de empleo y no a través de la tecnología avanzada o una fuerza de trabajo mejor capacitada.” Poder-se-ia acrescentar, como já foi mencionado, que os empregadores e formuladores da política também não pensam em aumentar a capacidade de concorrência diminuindo impostos ou reduzindo as taxas de lucros, mas somente em termos de declínio salarial, dispensa de trabalhadores, eliminação de direitos trabalhistas, de horas-extras.

Eduardo Navarro Stotz<sup>20</sup> salienta que a terceirização não apenas cria uma diferenciação na forma de contratar a mão-de-obra mas também nos salários, benefícios, condições de trabalho, ao introduzir uma desagregação da base sindical, na medida em que desloca assalariados industriais para outras categorias, tais como a de prestação de serviços. Sempre houve heterogeneidade da classe trabalhadora, de profissão, ocupação, origem étnica, idade, religião, nível de especialização e de remuneração, mas a flexibilização e a terceirização introduzem novos elementos de fragmentação, além do crescente peso numérico dos trabalhadores desempregados, subempregados e pertencentes à economia informal.

Os empregados, além da flexibilização e da terceirização, procuraram aprofundar a fragmentação por meio de estratégias de negociação através das câmaras setoriais que surgiram no governo Sarney para controlar preços e salários. Antes de analisar este último tema, quero lembrar que Márcio Pochmann<sup>21</sup>, em pesquisa recente, concluiu que apenas 30% dos empregos

<sup>18</sup> LAGOA, Ricardo A. Qué se entiende por flexibilidad del mercado de trabajo? Revista de la CEPAL, 54, Diciembre 1994. p. 81-95, p. 91.

<sup>19</sup> STANDING, G. Labour flexibility: towards a research agenda, Labour Market Analysis Working Paper, nº 3, Genebra, Programa Mundial del Empleo, OIT, 1986. p. 2 apud LAGOA, Ricardo A. opus cit, nota 18.

<sup>20</sup> STOTZ, Eduardo Navarro. opus cit, nota 17, p. 3.

<sup>21</sup> POCHMANN, Márcio. apud MALUF, Paulo. O Brasil que rejeita ser dormitório. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1999, 1º caderno, p. 9.

perdidos no Brasil de 1985 a 1998 decorrem das mudanças organizacionais que terceirizaram atividades de serviço e eventuais ganhos de produtividade que servem de justificativa para a política de cortes. A causa principal seria, no entanto, nesse período a baixa taxa de crescimento industrial (2,7%) e a alta de importações de produtos industrializados (75%).

Quanto às câmaras setoriais, no início não tinham poder decisório (períodos de Sarney e Collor) e se restringiram a fazer sugestões sobre salários, mas com a crise de fins de 1991 e princípio de 1992, principalmente no setor automotivo, passaram a ter poder decisório e a constituir um fórum de debate do governo, empresários e trabalhadores sobre questões mais amplas. A CUT e o PT concordaram com essa proposta. Andréia Galvão, estudando a atuação da câmara setorial na crise da indústria automobilística, concluiu que marca uma mudança na política sindical de conflito para a de participação e negociação, porém num processo de descentralização da negociação coletiva. É o fim do ciclo de greves intensivo.

Sempre houve por parte do governo o propósito de fragmentar a atuação dos sindicatos e das centrais para dominar os trabalhadores, inclusive na legislação Vargasista, porém no passado foi possível superar esse obstáculo e desenvolver movimento unificado, ao menos nos momentos cruciais.

A CUT na década de 90 estava profundamente dividida, enquanto a Corrente de Articulação Sindical defendia uma estratégia de negociação, a esquerda socialista propugnava pelo enfrentamento e a mudança radical, rejeitando a proposta de um Pacto Social. O IV Congresso da CUT (1990) ainda inclui nas suas resoluções a busca da superação do capitalismo e a construção do socialismo.

Andréia Galvão<sup>22</sup> analisa como as negociações da câmara sindical da indústria automobilística, em 1992, acarretaram a negociação de convenções coletivas diferenciadas conforme os setores industriais.

Alguns autores viram nas câmaras um passo no sentido de democratizar o sindicato de estrutura oficial. No entanto, os acordos foram em pequeno número e restringiram-se a alguns setores industriais e a poucos anos.

Jeffrey B. Sluyter-Beltrão<sup>23</sup> assinala a importância da comunicação direta da direção com as bases dentro da CUT. Ele identifica a fase de Convergência

---

<sup>22</sup> GALVÃO, Andréia. Os metalúrgicos do ABC nos anos 90 e a fragmentação da ação sindical. Comunicação ao XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, 24-26 de setembro de 1998, mimeo, p. 1, 4, 5.

<sup>23</sup> SLUYTER-BELTRÃO, Jeffrey B. Democratization and marketization hit home: contextual

(1978-85) que defendia uma política autônoma em sintonia com o PT, articulada com movimentos sociais mais amplos e contrária aos pelegos, seguida da fase de Divergência (1985-90) de expansão da CUT, de militância das bases, propiciada pela rejeição do governo, do capitalismo, da política de negociação. A terceira fase, de Distanciamento (1990-95), corresponde ao período de eleições que exigia participação da CUT, abandono da política de confrontação, candidatura de Lula, surgimento da Força Sindical.

O novo Sindicalismo teria como características democráticas: assembleias, comissões de fábrica organizadas por eleição direta, rejeição da interferência do governo, apoio aos delegados de base, eleitos em assembleias, pluralismo, estrutura colegial de governo, formação das chapas abertamente, eleição das confederações com base demográfica, alijando os pelegos.

De 1985 a 1989 declinam as tendências de participação mais ampla, sofrendo mudança o critério de escolha dos delegados ao congresso da CUT, afastando-se o delegado de base e colocando-se em segundo plano a comissão de fábrica. No período seguinte, de 1990 a 1995, o PT exclui as tendências Causa Operária, 1991, e Convergência Socialista, os círculos militantes enfraquecem, declina a participação das minorias na CUT que passa por uma reorganização centralizante. Havia maior consenso quando as várias correntes lutavam contra a ditadura. A militância e as greves diminuem nesses anos.

Até a década de 70 houve uma constante alternância de atuação do sindicato oficial nas fases expansivas dos ciclos econômicos de curta duração com a atuação informal das comissões de fábrica eleitas pelas bases nas fases de depressão e de governos autoritários.<sup>24</sup>

Andréia Galvão<sup>25</sup> realça um ponto importante que Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, restringiu o poder das câmaras setoriais, excluindo dessa forma a participação dos trabalhadores na formulação da política industrial.

Eduardo Garuti Noronha<sup>26</sup>, Vera Gebrin e Jorge Elias Jr. salientam que até a Constituição de 1988 a opinião pública foi majoritariamente favorável à expansão dos direitos trabalhistas. Prevalencia a idéia de uma dívida social do período autoritário, que deveria ser paga pela sociedade. Este estado de espírito muda. Os direitos trabalhistas passam a ser considerados uma das

---

conditioning of internal flank dynamics in Brazil's new unionism, 1978-1995. Comunicação apresentada ao XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, 24-26 de setembro de 1998, mimeo.

<sup>24</sup> LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. opus cit, nota 16.

<sup>25</sup> GALVÃO, Andréia. opus cit, nota 22.

<sup>26</sup> NORONHA, Eduardo Garuti, GEBRIN, Vera, ELIAS JR., Jorge. opus cit, nota 15.

causas do alto custo da mão-de-obra que dificulta a concorrência numa economia globalizada.

A deflação reduziu os conflitos salariais, o desemprego aumentou os riscos das greves e o declínio numérico dos trabalhadores industriais enfraqueceu o seu poder de barganha. O governo passou a dar prioridade à política monetária e financeira, deixou de formular uma política industrial e trabalhista. As medidas paliativas para minorar os problemas sociais, tais como expansão do ensino, melhoria das condições do seguro desemprego, promoção de empresas mão-de-obra intensivas, não foram tomadas e sobretudo não houve preocupação em evitar concorrência drástica insustentável para as indústrias nacionais. Somente os bancos tiveram apoio oficial.

Octavio Ianni<sup>27</sup> explorou, em ensaio recente, as possibilidades de ação dos trabalhadores para defender os direitos alcançados e até, possivelmente, reverter a tendência de deterioração das condições de vida da mão-de-obra. Começa a sua análise por definir *“a questão social presente na sociedade global: desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de subclasse; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migração de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, continentes e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenófobos, racistas, fundamentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de ‘pobreza’, ‘miséria’ e ‘fome’”*.

Segundo esse autor outro aspecto importante é o das *“... condições de formação da consciência social do trabalhador, em geral, e do operário, em particular, [que] podem ser decisivamente influenciadas pelos horizontes da globalização.”* Estes tornam mais complexas as condições de formação da consciência de classe, da organização do trabalho, da harmonização das tradições socioculturais de regiões, países e do mundo.

Basicamente os trabalhadores ainda têm de organizar sua luta em nível local, regional e nacional, mas cada vez mais freqüentemente assalariados da mesma empresa, corporação ou conglomerado estão sujeitos à direção geral desterritorializada. Um aspecto novo é o do ressurgimento da questão social em todo o mundo, o que, em princípio, pode ser favorável à formação de movimento de trabalhadores internacional. Octavio Ianni prevê, na perspectiva de uma globalização do capitalismo, das classes sociais e da questão social, a formação das condições básicas do novo movimento operário, do sindicalismo

---

<sup>27</sup> IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. Marcos Cezar Ferreira, org. A reinvenção do futuro, trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo, Cortez, Bragança, USF-IFAN, 1996. p. 15-54, p. 27, p.34.

no limiar do século XXI. Uma alternativa para esse novo movimento seria o de organizar os não organizados, inclusive assalariados de multinacionais. Os sindicatos teriam de estreitar as relações com os congêneres noutros países e coordenar uma política comum.

John D. French<sup>28</sup> estudou a expansão do movimento internacional dos trabalhadores, traçando as principais etapas de sua luta. A campanha dos sindicatos orientou-se a partir da premissa que a dinâmica do sistema mundial gira em torno da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 1994 a questão de uma cláusula social a ser introduzida na agenda da OMC, por proposta de Estados Unidos e França, suscitou debate, sendo rejeitada até sob alegação que prejudicaria os trabalhadores dos países desenvolvidos, favorecendo a concorrência daqueles dos países pobres. O assunto ficou, portanto, excluído da reunião do General Agreement on Trade and Tariffs (GATT). Em 1995 o Banco Mundial colocou de novo a questão, se seria adequado vincular o cumprimento de normas trabalhistas aos tratados internacionais de comércio. A Organização Mundial do Trabalho designou um grupo de trabalho para estudar a dimensão social do comércio internacional (1994). John D. French critica a premissa de que a expansão comercial acarretaria mais bem-estar nacional, eficácia e progresso. A recente onda de liberalização comercial, afirma o Banco Mundial, “coincide” com desigualdades salariais e econômicas maiores.

A Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), fortalecida com o fim da guerra fria, passou a englobar 174 sindicais nacionais em 24 países com 120 milhões de membros, o que lhe conferiu legitimidade para lançar uma campanha a favor da cláusula social. A CIOSL sugere em 1994 a negociação coletiva e condena qualquer tentativa de impor um salário mínimo internacional. Apesar das derrotas sofridas pela proposta da cláusula social nas reuniões do GATT do Uruguai e Marrocos, o autor julga que há margem para o sucesso, levando-se em conta que foram aprovadas cláusulas como a da defesa do ambiente que marca a aceitação de vincular acordos comerciais a condições não comerciais.

Victor Meyer<sup>29</sup> recorda os movimentos internacionais de protesto das décadas de 60 e 70 que preparam condições propícias ao rompimento das barreiras do Estado-Nação e estuda as novas tentativas de articulação internacional dos trabalhadores. Em 30 de agosto de 1990 foi formalizada a fundação do Comitê Europeu do Grupo Volkswagen representando os comitês de várias unidades dessa multinacional e incumbido de defender condições de trabalho, saúde, seguridade e de acompanhar políticas empresariais e ambientais na União

---

<sup>28</sup> FRENCH, John D. Comercio y trabajo en el mundo, hacia la cláusula social. Nueva Sociedad, 148, p. 142 a 156.

<sup>29</sup> MEYER, Victor. A mundialização da resistência ao capital: uma tendência nova? Cadernos do EAS 177, Salvador, set./out. 1998. p. 13-23.

Européia. Outro exemplo desse tipo de iniciativa foi a criação do Comitê Europeu da multinacional francesa Générale des Eaux que impôs cláusulas sociais aos empresários, estendidas posteriormente a unidades fora da Europa.

O autor assinala ainda movimentos de luta dos trabalhadores da Renault e Peugeot de caráter internacional. Houve também marchas européias contra o desemprego, a precariedade no trabalho e a exclusão, em 1997. No Brasil os trabalhadores de base do Grupo Gerdau começaram a se articular com os das empresas chilenas e canadenses, promovendo uma reunião em 1998 em Charqueadas, no Rio Grande do Sul, onde foi feita uma avaliação da política e práticas da multinacional em relação aos empregados e lançados programas de encontros periódicos.

Vários seminários internacionais realizados no Brasil têm debatido a reestruturação sindical em 1995 e 1996, além de intercâmbios de trabalhadores entre unidades de multinacionais que fortalecem a idéia de universalidade dessa categoria.

Victor Meyer<sup>30</sup> julga que se trata de um movimento novo em comparação com os que prevaleciam até a década de 60, caracterizados pela solidariedade e pela base nacional. Nos atuais, a atitude dominante é de luta pelos direitos dos trabalhadores em nível mundial. A padronização de práticas, tais como as políticas públicas e os procedimentos gerenciais resultantes da ofensiva internacional do neoliberalismo, permite uma ação dos trabalhadores numa base multinacional.

Segundo Antonio Negri<sup>31</sup>, citado por Victor Meyer, as tendências de mundialização incidem sobre o movimento dos trabalhadores “...*estimulando as manifestações tendentes à quebra de todos os corporativismos, fomentando o desenvolvimento conjugado de movimentos de operários e não operários, empregados e desempregados (ou excluídos) este vasto contingente humano sistematicamente explorado pela sociedade burguesa...*” Essa perspectiva ainda é apenas uma possibilidade que começa a se esboçar mas que já se apresenta como uma alternativa possível.

---

<sup>30</sup> MEYER, Victor. opus cit, nota 29, p. 20.

<sup>31</sup> NEGRI, Antonio. Fin de siglo. Barcelona, Paidós, 1992. apud MEYER, Victor, opus cit, nota 29, p.22.